

ESCOLAS CONECTADAS



Shizuo Alves/MCom

O programa Brasil Conectado alcançou 60% das escolas públicas, com mais de 82 mil unidades já conectadas. Em julho, o governo lançou nova etapa via satélite para 4,1 mil escolas e aprovou R\$ 759 milhões em investimentos para ampliar a inclusão digital em áreas remotas

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 27 de agosto de 2025 Nº 204

Brasil Conectado já leva internet a 60% das escolas públicas e amplia alcance com satélites

Alckmin lidera comitiva ao México em busca de ampliar comércio pós tarifaço

7 de Setembro terá mobilizações em defesa da soberania em todo o país

Diretório Nacional e Executiva do PT tomam posse após debate com Alckmin e Haddad

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo





O programa Brasil Conectado já leva internet a mais de 82 mil escolas públicas, alcançando 60% das unidades de ensino básico. Até 2026, a meta é universalizar a conectividade e garantir inclusão digital para milhões de estudantes. **pág. 04**

CAPA

Brasil Conectado leva internet a 60% das escolas públicas e avança com nova etapa via satélite

pág. 04

Governo investe R\$ 759 milhões para inclusão digital em áreas remotas

pág. 06

BRASIL

CNPq flexibiliza regras e bolsistas podem ter outras fontes de renda

pág. 07

ComunicaBR já soma 1,2 milhão de acessos; plataforma pública mostra repasses do governo a estados e municípios

pág. 08

“Queremos uma IA para o bem

de todos”, destaca coordenador do Plano Brasileiro de IA, Caetano Penna

pág. 09

A maternidade na centralidade da agenda política brasileira

pág. 15

ECONOMIA

Governo lança crédito de R\$ 12 bilhões para modernizar indústria 4.0

pág. 17

Queda no preço da cesta básica em 15 capitais reflete políticas públicas de abastecimento

pág. 18

Diretório Nacional e Executiva do PT tomam posse após debate com Alckmin e Haddad

pág. 19

PGR atende pedido de Lindbergh Farias (PT-RJ) e autoriza monitoramento integral de Bolsonaro

pág. 20

7 de Setembro terá mobilizações em defesa da soberania em todo o país

pág. 21

Com apoio do Governo, Senado vota hoje PL conhecido como “ECA Digital”

pág. 23

Lula defende soberania e mudanças na governança global em reunião ministerial

pág. 25

Alckmin lidera comitiva ao México em busca de ampliar comércio pós tarifaço

pág. 26

PT

Tecnologia social nas periferias pode alavancar transição ecológica

pág. 27

INTERNACIONAL

Israel ataca hospital em Gaza, mata jornalistas e amplia tensão diplomática

pág. 28

Brasil-Israel: Itamaraty reage a insultos e relações diplomáticas são rebaixadas

pág. 29

Alternativas à crise climática e integração regional amazônica são destaques da Cúpula de Bogotá

pág. 30



Shizuo Alves/MCom

Brasil Conectado leva internet a 60% das escolas públicas e avança com nova etapa via satélite

Programa do Governo Federal já alcança mais de 82 mil unidades de ensino e prevê universalizar a conectividade até 2026

Redação Focus Brasil

O programa Escolas Conectadas, parte da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), alcançou em agosto de 2025 um marco inédito: 82,2 mil escolas públicas do ensino básico já contam com internet de

banda larga e rede wi-fi aberta, o que corresponde a 60% do total de unidades escolares do país.

A iniciativa é conduzida pelos Ministérios das Comunicações e da Educação e se consolida como uma das principais políticas do governo federal para ampliar a qualidade da educação pública.

O levantamento entregue ao ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, aponta

que 21 das 27 unidades da Federação já têm mais da metade das escolas conectadas.

Estados como Mato Grosso do Sul (79,3%), Rio Grande do Norte (78,5%) e Goiás (77%) lideram a lista, mostrando avanços significativos também em regiões historicamente marcadas por desigualdades de infraestrutura digital.

“Conectar uma escola é conectar sonhos, oportunidades e o



Reprodução/Agência Gov

futuro de milhares de crianças e jovens. Estamos transformando a realidade da educação pública no Brasil, garantindo que a internet chegue onde antes não chegava. Nenhuma escola ficará para trás, essa é a nossa missão até 2026”, afirmou o ministro Frederico de Siqueira Filho, ao celebrar os números.

Nova etapa via satélite

Em julho de 2025, o governo anunciou a expansão do programa com a inclusão de 4,1 mil escolas públicas em regiões remotas, que receberão conexão de alta velocidade via satélite.

O acordo firmado entre o Mi-

**Mais de 82 mil
escolas públicas
já contam com
internet de
qualidade para
fins pedagógicos
em todo o país**

nistério das Comunicações, a Telebras e a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace) prevê instalação de equipamentos, manutenção permanente e treinamento de equipes técnicas locais.

A Telebras será responsável por disponibilizar e operar a infraestrutura, enquanto a Eace destacou a relevância da parceria para reduzir desigualdades.

“Mais de 4 mil instituições terão acesso à internet de qualidade, mesmo em regiões onde a fibra óptica não chegou. Isso significa ampliar oportunidades e garantir equidade”, disse o diretor-geral da entidade, Flávio Santos.

O presidente da Telebras, André Leandro Magalhães, reforçou o caráter estratégico da medida. “Hoje selamos uma parceria que conecta mais do que escolas: conecta pessoas, oportunidades e futuros. Esse projeto é parte de uma missão nacional para transformar a educação por meio da tecnologia”, afirmou.

Investimentos e metas

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas prevê R\$ 6,5 bilhões em investimentos até 2026, com recursos provenientes

tes do Leilão do 5G, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), da Lei 14.172/2021 e do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC).

Outros R\$ 2,3 bilhões complementares estão destinados a iniciativas relacionadas, como geração de energia fotovoltaica em escolas sem acesso regular à rede elétrica.

O programa articula diferentes frentes já em execução, como o Wi-Fi Brasil, o Aprender Conectado, os programas Norte e Nordeste Conectados e ações de atendimento a escolas rurais. A integração dessas políticas permite ampliar o alcance territorial e combater de forma direta a exclusão digital no sistema de ensino.

Conectividade como política de Estado

Mais do que fornecer acesso à internet, o Brasil Conectado representa uma política pública estruturante. Ao priorizar estudantes e professores da rede pública, o programa cria condições para que o uso pedagógico das tecnologias digitais se torne parte da rotina escolar.

A conectividade permitirá, por exemplo, que escolas acessem plataformas educacionais, façam uso de bibliotecas digitais, ferramentas de ensino a distância e formação continuada de docentes.

No diagnóstico apresentado pelo governo, a desigualdade de acesso era um dos principais obstáculos para a universalização do direito à educação de qualidade. Enquanto escolas de grandes centros urbanos já contavam com algum tipo de conexão, milhares de unidades em áreas rurais ou remotas permaneciam isoladas. A meta até 2026 é conectar 100% das 137,8 mil escolas públicas brasileiras. ■



Governo investe R\$ 759 milhões para inclusão digital em áreas remotas

No início de julho de 2025, o Governo Federal aprovou o repasse de R\$ 759 milhões do Fust ao BNDES para financiar projetos de conectividade em todo o território nacional. Parte desses recursos é destinada diretamente à conexão de escolas públicas.

Segundo o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, “os recursos chegam a quem mais precisa. Pequenos provedores, que estão na linha de frente em áreas de difícil acesso, serão beneficiados, e nossas esco-

las públicas terão prioridade”.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, reforçou que a medida fortalece a economia digital e garante inclusão.

“Esses investimentos cumprem a prioridade do presidente Lula ao conectar escolas e negócios e transformar a realidade de crianças, jovens e empreendedores. Também ajudam a restaurar conexões em áreas atingidas por enchentes no Rio Grande do Sul”, afirmou no mês passado, no anúncio do recurso. ■



O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPq flexibiliza regras e bolsistas podem ter outras fontes de renda

Nova portaria permite acúmulo de bolsas com atividades remuneradas e amplia apoio a pesquisadores

Redação Focus Brasil*

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, passou a permitir que bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado acumulem a bolsa com outras atividades remuneradas ou rendimentos, desde que não prejudiquem o desenvolvimento de seus proje-

tos.

A medida está prevista na Portaria nº 2.346/2025, publicada no Diário Oficial da União em 12 de agosto e em vigor desde o dia 21.

Para receber complementação financeira de outras fontes, os bolsistas precisam da anuência do orientador e da coordenação do programa de pós-graduação.

O texto mantém a vedação do acúmulo de bolsas concedidas pelo CNPq no país com outras de agências públicas de fomento. No caso das bolsas de produtividade em pesquisa e desenvolvimento, a

**Flexibilização da
previsibilidade
e renda
complementar a
pesquisadores,
reforçando a
política pública
de apoio à
ciência**

Diretoria Executiva poderá autorizar exceções.

No exterior, o bolsista não poderá acumular bolsas de agências públicas brasileiras, mas segue autorizado a receber auxílios de agências estrangeiras ou internacionais que contribuam para suas atividades.

A mudança é considerada um avanço na valorização da pesquisa científica nacional, pois amplia a segurança financeira de pesquisadores e reforça a política pública de apoio à ciência no Brasil.

CNPq

Criado em 1951, o CNPq é a principal agência federal de fomento à ciência e tecnologia do país, responsável por bolsas e apoio a projetos de pesquisa.

Sua missão é formar pesquisadores, estimular a produção científica e conectar universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, alavancando inovação e desenvolvimento. ■

Com informações da Agência Gov



ComunicaBR já soma 1,2 milhão de acessos; plataforma apública mostra repasses do governo a estados e municípios

Ferramenta lançada pelo governo Lula permite consultar dados sobre saúde, educação, benefícios sociais e obras, ampliando a transparência da aplicação de recursos públicos

Henrique Nunes

O governo federal lançou uma nova versão do ComunicaBR, plataforma digital que reúne dados sobre programas e repasses da União em estados e municípios.

A ferramenta, desenvolvida pela Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) em parceria com a Casa Civil e o Ministério da Gestão e Inovação, já registrou

mais de 1,2 milhão de acessos em pouco mais de 50 dias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou o alcance da iniciativa como instrumento de transparência ativa. “Você quer saber o que o Governo Federal faz em São Paulo? Em Quixeramobim? Entra no site que você vai saber”, afirmou.

Como funciona

A plataforma organiza informações em formato de cards visuais, que podem ser baixados e compartilhados em redes sociais.

É possível consultar dados nacionais, estaduais ou municipais nas áreas de saúde, educação, gestão, agricultura, entre outras. O sistema também oferece relatórios consolidados com exportação em PDF.

Números recentes

Lançado em dezembro de 2023, a pedido do presidente Lula, o ComunicaBR teve mais de 700 mil acessos no primeiro mês. Até o início de fevereiro de 2024, alcançou 1,2 milhão de consultas, com média de 22,6 mil acessos por dia.

Relatórios da plataforma mostram, por exemplo, que entre janeiro e maio de 2024 o município de Quixeramobim (CE) recebeu R\$ 107,75 milhões em repasses federais e R\$ 150 milhões em benefícios sociais como Bolsa Família, BPC, Auxílio Gás e Seguro-Desemprego.

O que dizem as autoridades

O presidente Lula usou o exemplo de Quixeramobim para ilustrar a utilidade da ferramenta:

“Quando eu chegar lá em Quixeramobim eu vou entrar no ComunicaBR e vou dizer quantos médicos tem lá do Governo Federal, quantos agentes de saúde, quantas pessoas recebem BPC, quantas pessoas têm no Bolsa Família, quantas obras existem lá, quanto dinheiro federal tem aplicado. Tudo. Tudo.”

Transparência e desafios

O governo avalia o elevado número de acessos como sinal de interesse da população em acompanhar a aplicação de recursos públicos. Especialistas em transparência, contudo, apontam que a plataforma ainda precisa avançar em aspectos como velocidade de acesso e profundidade das informações, sobretudo no uso via dispositivos móveis. ■



“Queremos uma IA para o bem de todos”, destaca coordenador do Plano Brasileiro de IA, Caetano Penna

Segundo Caetano Penna, o grande desafio do Brasil é converter a produção científica em inovação, e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial foi estruturado justamente para transformar essa base em resultados concretos

Fernanda Otero

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) teve papel central na elaboração do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), coordenado pelo MCTI e lançado

em 2025. O documento estabelece metas para o período de 2025 a 2028, com foco em inclusão, sustentabilidade e inovação, e consolida-se como um marco estratégico para o futuro da IA no Brasil.

Para explicar como o plano foi construído, os investimentos previstos e os impactos esperados, a Focus Brasil procurou o professor Caetano Penna, diretor do CGEE

e coordenador da elaboração do PBIA.

Ele conta que recebeu o convite logo ao chegar ao centro, em março de 2024, coincidindo com uma reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, presidida pelo presidente Lula.

“Foi uma feliz coincidência. No mesmo dia em que cheguei, surgiu a demanda pelo plano. De-

diquei quase 100% do meu tempo a essa tarefa, que era muito ambiciosa e deveria ser concluída em dois meses, depois estendida para quatro”, afirmou.

Um plano para o bem de todos

Penna destaca que o PBIA foi construído a muitas mãos, envolvendo 117 instituições de diferentes setores, seis oficinas participativas e a articulação direta do MCTI, do CGEE e da Casa Civil. Entre os princípios norteadores, está a ideia de “IA para o bem de todos”, conciliando a soberania nacional com a cooperação internacional em bases mutuamente benéficas.

“Temos o direito de desenvolver modelos próprios, que falem nossas línguas, reflitam nossa cultura e não tragam vieses externos. Ao mesmo tempo, será necessária a cooperação com parceiros que também ofereçam algo em troca”, explicou.

Com vasta experiência acadêmica, o pesquisador ressalta que o Brasil ainda tem desafios na conversão da produção científica em inovação prática, mas já ocupa posição relevante na pesquisa em IA.

“Estamos entre os 20 maiores publicadores de artigos acadêmicos, chegando ao top 15 ou 13, dependendo do ano. Isso mostra que temos base sólida”, disse. Segundo ele, o diferencial do plano está no compromisso de execução dos investimentos: “Mais de 80% dos recursos virão do FNDCT, o que garante confiança na aplicação. Não é apenas um plano com boas intenções, mas com compromissos orçamentários reais.”

- Como surgiu o convite para fazer parte do Centro e para coordenar esse trabalho?

- Em 2023, eu atuava como consultor para o CCGE, para o MCTI via CCGE. Auxiliei na elaboração das diretrizes para a es-

tratégia de ciência, tecnologia e inovação que o Ministério estava elaborando. Meses depois, veio o convite para ser diretor do CCGE, que eu aceitei. Para mim era muito honroso estar aqui apoiando a ciência, tecnologia e inovação do país.

Quando eu cheguei, no dia 8 de março de 2024, foi exatamente o dia da reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é um conselho presidido pelo presidente Lula. Nessa reunião, ele estava presente, e, ao ouvir as

“Foi uma demanda muito grande e muito ambiciosa, a de elaborar um plano de IA para o país em dois meses”

palestras de especialistas em inteligência artificial, ele desafiou o Conselho a elaborar um plano de IA para o Brasil.

O CCGE apoia o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é secretariado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, nós temos um projeto permanente em apoio ao CCT, que é o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Quando eu cheguei, a Secretaria Executiva do MCTI recebeu

essa incumbência como secretária do CCT de apoiar a elaboração do plano e o CCGE recebeu a de apoiar o MCTI na elaboração do plano. Foi quando me convidaram para apoiar a elaboração do plano. Então, foi uma feliz coincidência. Eu brincava que eu estava atuando até muito mais focado no plano do que como diretor propriamente dito. Eu estava diretor, obviamente, mas me dedicava quase 100% ao plano. Foi uma demanda muito grande e muito ambiciosa, a de elaborar um plano de IA para o país em dois meses, que acabou virando quatro. O resultado foi muito satisfatório.

- Quando apresentou o plano, a ministra Luciana Santos enfatizou a importância de desenvolver soluções de IA por brasileiros e para brasileiros, considerando particularidades diversas. O presidente Lula chegou a dizer que ele gostaria de ter uma IA que falasse Guarani. Como o plano equilibra o desenvolvimento nacional e soberania digital com a cooperação internacional na área de IA garantindo um lugar de vanguarda?

- A dinâmica atual desse contexto geopolítico bastante desafiador requer a atenção para os dois lados, para a soberania e a autonomia tecnológica, mas que converse de uma maneira mutuamente benéfica com potenciais parceiros internacionais. Eu até venho elaborando a ideia de soberania tecnológica cooperativa, em que você tem uma cooperação seletiva em certa área, em termos mutuamente benéficos, uma vez que, pegando o caso específico, nós não dominamos todos os aspectos da inteligência artificial.

Nós temos algumas vantagens, alguns ativos estratégicos e tem outros que a gente precisa adquirir. É preciso levar esses nossos ativos para a mesa de negociação.

E o que eu penso, que nós pensamos, e foi parte do diagnóstico, é que os nossos ativos, por exemplo, são as bases de dados que nós temos. Mas não significa que nós vamos abrir para outros desenvolvedores fazerem modelos de inteligência artificial, treinamento com essa base.

Na verdade, o que nós queremos é dominar o processo de elaborar todo o modelo de IA, a partir dos nossos próprios dados. É fazer um projeto conjunto. Essa visão, aqui eu falo um pouco da minha visão pessoal, ela se traduziu no plano, justamente, num dos princípios que é a cooperação internacional em bases mutuamente benéficas.

Um dos princípios que a gente tem do que é uma IA para o bem de todos. A alcunha do plano é essa, IA para o bem de todos. E nós definimos alguns princípios que norteiam essa IA para o bem de todos. E uma é essa, o direito ao desenvolvimento nacional. É forte essa ideia de que nós temos, todas as nações têm direito a se desenvolverem.

E, no caso da IA específica, tem direito a desenvolver esses modelos de IA que falam em Guarani, que falam a sua língua, que não tenham vieses externos, quando criem, gerem o seu conteúdo. E, por outro lado, vai ser necessária cooperação. E aí é preciso sentar e ver quais são os parceiros que desejam também oferecer algo para que também recebam algo de nós.

Queria até mencionar o que eu falei na sua primeira pergunta, e parece que eu cheguei e fiz o plano. Não, na verdade, o CCGE, ele já vinha trabalhando na área de transformação digital, na área de inteligência artificial há anos. E quando veio a incumbência, a demanda pelo plano de IA, o CCGE já estava se debruçando na revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

Então, quando eu cheguei, eu já tinha um conhecimento acumulado, um diagnóstico bem sólido dos últimos três, quatro anos em inteligência artificial no Brasil, que foi o que nos permitiu elaborar esse plano. Toda a equipe que estava envolvida, e eu fui só o diretor que estava aqui, mas toda a equipe, a Carolina Nascimento, a Isabela Quadros, todos eles fizeram parte dessa elaboração conjunta. E é claro, também não foi só o CCGE.

Nós fizemos seis oficinas par-

“O que nós queremos é dominar o processo de elaborar todo o modelo de IA, a partir dos nossos próprios dados. É fazer um projeto conjunto”

ticipativas com toda a sociedade, empresas, governo, sociedade civil, universidades, órgãos de controle, e claro, o MCTI e outros que participaram do grupo de trabalho de elaboração do plano de IA. Eu queria deixar claro que esse plano foi construído a muitas mãos.

- Do ponto de vista de investimentos nos projetos e no plano, comparando, inclusive, com outros países, podemos dizer que agora o Brasil está levando a sé-

rio o tema da IA?

- Eu acho que uma das principais vantagens desse plano não é só o nível de investimento, mas o compromisso do investimento. Mais de 80% dos recursos vêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, que não pode mais ser contingenciado, que tem uma fonte de recursos garantida, inclusive com contribuições de intervenção no domínio econômico, que foi garantido pelo STF recentemente.

O fato de ele estar ancorado no FNDCT nos dá uma certa confiança de que o nível de investimento vai ser executado. É claro que a programação orçamentária, inclusive do FNDCT, é anual, então depende de ritos orçamentários a cada ano, mas isso nos dá uma certa confiança.

O segundo ponto é que isso talvez tenha sido fruto muito do trabalho proposto pelo CCGE, para cada ação do plano nós fizemos um diagnóstico, propusemos objetivos, indicadores para acompanhar o alcance desses objetivos de curto, médio e longo prazo; o recurso necessário, de onde vem esse recurso e quem é o responsável por ele. E só entrou no plano se houvesse recurso orçamentário, dessas diferentes fontes, se houvesse um comprometimento, seja FNDCT, seja BNDES, seja orçamento, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, vinda de algum ministério, mas teria que ter um compromisso do órgão.

Antes de falar do montante, queria falar desse diferencial do plano, que é o compromisso com o investimento. Essa comparação com outros países é difícil. É claro que a gente não vai estar no mesmo nível do que a China ou os Estados Unidos, mas estaremos ali junto com os países europeus. Se considerarmos como um todo, talvez não, mas individualmente,



sim. Eu acho que nós temos um compromisso e estamos, sim, levando a sério, no sentido de que esse recurso nos permite avançar significativamente na cadeia de IA. E nós não partimos do zero.

Nós temos uma estrutura já estabelecida, de capacidade científica, tecnológica e de inovação em inteligência artificial, que nos permite que esse investimento gere um impacto positivo para a população. Então, destrinchando a resposta em três partes, o que talvez seja o maior destaque, em termos de investimento, é o compromisso e a confiança de que ele será executado ao longo desses anos.

O segundo ponto é que esse nível talvez não seja para brigar pelo pódio da IA, mas sim para estar no top 10. E o terceiro é que a gente tem uma base que vai permitir que esse investimento seja alavancado. Se olharmos, inclusive, o recurso privado é bem menor do que o que está previsto no plano, mas a gente sabe que haverá uma alavancagem para cada Real investido pelo setor público,

haverá também um outro número multiplicador do investimento privado, que esperamos que aconteça.

- A aquisição de um supercomputador entre os cinco mais potentes do mundo levanta preocupações sobre impacto ambiental, consumo de energia e gastos associados. Ainda é possível conciliar esse investimento na proteção de dados com a preocupação com a sustentabilidade e os impactos ambientais?

- Essa é uma preocupação na elaboração do plano, e na sua execução nós também, o CCGE, estamos envolvidos no apoio à execução do plano e ao seu monitoramento. Então, em todas as fases, desde o desenho do plano até agora à execução, a parte da sustentabilidade ambiental e energética é premissa fundamental.

Então, para o investimento em infraestrutura de IA, em desenvolvimento de modelos, em aplicações, o que se quer é casar com fornecimento de energia limpa. A instalação desse supercompu-

tador muito provavelmente deve vir acompanhada de investimento num parque solar ou eólico dedicado para alimentar esse supercomputador com energias renováveis, e com soluções de refrigeração hidráulica também sustentáveis.

A ideia é que esses projetos de grandes infraestruturas sejam sustentáveis. Por outro lado, também há uma preocupação de utilizar a IA para sustentabilidade. São dois aspectos, a sustentabilidade da IA e a IA para a sustentabilidade.

Você pode ter soluções e modelos de IA dedicados a analisar dados climáticos, grandes volumes de dados climáticos, a ter modelos preditivos de extremos climáticos específicos para o Brasil que permitam antecipar desastres como o do Rio Grande do Sul, com um período grande de antecedência.

E o terceiro, e o outro lado, que é o lado da privacidade, do direito a não ter seus dados usados para treinamento, tudo isso também entra no que nós cunhamos de IA para o bem de todos, é um dos

princípios ali também. Nós temos uma das leis mais sólidas nesse sentido, o Código Civil da Internet, a LGPD, então tudo isso vai ser mantido, não se espera que seja revogado qualquer ponto dessas leis em favor de um desenvolvimento acelerado da inteligência artificial.

- Quando olhamos para os modelos europeus, é difícil não usar esses parâmetros, porque a Europa tem uma legislação que é uma das pioneiras no mundo. Na Europa tem um modelo interessante, que são as chamadas Fábricas de IA, que fomentam a aplicação de tecnologia em setores industriais e sociais. Como é que você analisa essa iniciativa em relação às startups, principalmente? Dá para combinar esse modelo com algum tipo de fomento às startups, e não apenas às ações do governo? E, nesse caso, como isso poderá ser regulamentado para garantir resultados positivos para a sociedade brasileira?

- São cinco Eixos do plano: o Eixo de Infraestrutura, o Eixo de Capacitação, Difusão, Popularização da IA, o Eixo de IA no Setor Público, o Eixo de IA para o Setor Empresarial, Privado e Industrial, que inclui também nesse setor produtivo e industrial empresas públicas, e o quinto Eixo que é o Apoio ao Processo de Regulação e Governança da IA.

No Eixo 4 existe uma ação específica para startups, que seria a criação de um fundo de investimento e participação para empresas de base tecnológica em estágios iniciais que desenvolvam soluções de IA. Eu posso errar se eu falar a cifra aqui de cabeça, mas é vultoso com participação tanto do BNDES, FINEP, como da própria Petrobras, apoiando essas empresas, essa é uma ação específica dedicada a startups.

Espera-se que elas estejam presentes na utilização dos super-

computadores, do supercomputador top 5, mas devem ter também supercomputadores de porte menor distribuídos regionalmente no nosso Sistema Nacional de Processamento Avançado de Dados (SINAPAD). Também, nas outras iniciativas do Eixo 4, de apoio à indústria da IA e ao uso da IA na indústria, existem iniciativas da EmbrapIA, a Empresa Brasileira de Inovação Industrial, que promove também interações entre instituições de pesquisa, grandes empresas, startups para desenvol-

“Um dos princípios que a gente tem do que é uma IA para o bem de todos. A alcinha do plano é essa, IA para o bem de todos”

ver soluções também.

Então, distribuído ao longo da execução do plano, espera-se que haja um fomento, quer dizer, almeja-se uma participação das startups. Além disso, acho que é bem importante destacar que ele é um plano brasileiro da IA que não é um plano simplesmente público. Ele é uma parceria público-privada, a indústria participou das discussões.

Tivemos representantes de empresas nacionais, de multinacionais, representantes da Con-

federação Nacional da Indústria participando da elaboração do plano. Outro ponto da sua pergunta, que é o aspecto da governança e da regulação, foi até uma área que, apesar de termos um Eixo em apoio à governança e à regulação, não se entrou em aspectos propriamente ditos nem de regulação, nem da governança da IA.

Da governança do plano, sim, mas da governança da IA, não, considerando-se que essa é uma área do nosso legislativo que ainda está discutindo, não se queria antecipar qualquer aspecto ou tentar influenciar, atravessar o que está sendo discutido, e sim apoiar o que vier a ser feito, mas nós esperamos que seja aprovado em breve um arcabouço regulatório que permita avançar o plano em consonância até com a defesa dos direitos dos cidadãos.

- Professor, entre as várias ações previstas, qual o senhor considera o destaque mais importante do plano? O que, se realizado, já justificaria todo o esforço e poderia ser lembrado como a grande marca ou conquista para o Brasil?

- O plano tem dois conjuntos de ações muito interessantes. O primeiro conjunto é as ações que entram nesses cinco Eixos estruturantes. Eles realmente criam uma estrutura a partir da base que nós temos para avançar na IA, consolidar o que temos e ir além. Mas há um conjunto de ações que nós chamamos de ações de impacto imediato. E elas, na verdade, visam utilizar a IA para aplicações que gerem impacto para a população. Elas talvez tenham um certo paralelo com as fábricas de IA da União Europeia, mas, no nosso caso, nós temos nas ações estruturantes todo o desenvolvimento de todas as camadas até chegar na aplicação, que aí sim seria mais semelhante à fábrica, mas ali a questão da aplicação nas

ações de impacto imediato, elas podem gerar um benefício bem rico para a população brasileira, se os objetivos forem alcançados. Como, por exemplo, nós temos, como eu mencionei, uma das ações de previsão de extremos climáticos. Seria algo único no mundo, que poderia nos posicionar até na fronteira. Mas temos também ações na área de saúde para diminuir, melhorar a gestão do SUS, para auxiliar na elaboração de prontuários. Temos também na área de educação para anteciper o potencial de evasão escolar. Temos na área da indústria, temos na área da segurança pública. Todo esse conjunto de ações, se eles trouxerem os resultados que são almejados, traria um impacto positivo para a população brasileira, isso do ponto de vista mais imediato mesmo. Do ponto de vista estruturante, eu acredito que a instalação de uma infraestrutura de inteligência artificial, para a inteligência artificial avançada, vai criar as bases para a gente prosseguir. Em paralelo, eu acho que tem uma ação muito ambiciosa, que é a elaboração de toda a pilha de software para IA, que vai desde a primeira camada que conversa com o processador, até a aplicação dos modelos e os chatbots, que é uma coisa bastante ambiciosa, mas se a gente conseguir dominar isso, essa elaboração, vai nos colocar na vanguarda. E para isso, possivelmente a gente vai precisar fazer parcerias, mas não só parcerias internacionais. E aí que entra a questão da negociação, porque a gente não quer fornecer os dados e que um agente externo faça todas essas camadas para nós e nos entregue, por exemplo, o LLM (Modelo de linguagem grande - LLM, Programa de inteligência artificial (IA) que pode reconhecer e gerar texto) Guarani, e sim que o Brasil tenha capacidade de fazer essas cama-

das por conta própria.

Acho que isso seria bastante duradouro. E por outro lado, a contribuição que a inteligência artificial pode trazer para objetivos como o da transformação ecológica, como o das missões da NIB (Nova Indústria Brasil), também é algo duradouro. Eu tendo a ver com muito bons olhos a questão da integração, instalação e acessibilidade a nossa infraestrutura, acho que isso pode nos dar uma base para alguns anos à frente.

- Quanto do documento anterior, da estratégia brasileira de inteligência artificial, foi aproveitado no atual plano?

- O que a EBIA resultou de concreto foram os Centros de Pesquisa Avançada em IA, os CPAs. Temos 12 CPAs, muitos deles dedicados à área da saúde, mas temos também na área de energia, que são centros de pesquisa avançada em inteligência artificial em áreas específicas distribuídas por todo o país. Isso nos cria uma base bastante sólida de pesquisa e desenvolvimento. Isso vai ser aproveitado, está sendo aproveitado, porque nos criou uma base de pesquisa e desenvolvimento bastante significativa. Por outro lado, o que nós aproveitamos no plano foi a revisão da EBIA. Nós estávamos avaliando, olhando o ecossistema de inovação e inteligência artificial e pesquisa no Brasil. Tínhamos um diagnóstico do que foi bem-sucedido no caso da EBIA, o que encontrou obstáculos e precisava ser aperfeiçoado, havia diferentes peças desse diagnóstico que foram aproveitadas para dar a base para o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

- Está prevista uma revisão e quando será?

- O plano é dinâmico, nós não o vemos como uma peça estática,

tem algumas entregas já feitas. Nós esperávamos ter pelo menos cinco INCTs, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia e Inteligência Artificial, apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Foram mais do que isso, cerca de sete, pelo menos em IA. Nós temos a Olimpíada de IA já realizada, também com o apoio do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC. E tudo isso, então, precisa ser revisto e ampliado para que no próximo ano a gente possa alcançar novos desafios. O MGI já fez capacitação de servidores públicos em IA, já fez o mapeamento do que está sendo feito no setor público. E, portanto, tudo isso, tudo que vai sendo alcançado e realizado vira insumo para uma nova revisão do plano. Houve a inclusão de um novo programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT. Ele estava estruturado em dez programas estruturantes e mobilizadores, desde o Proinfra, para infraestrutura de pesquisa, o Mais Inovação, para inovação em empresas, passando pelo programa em áreas estratégicas. E aí incluiu-se, neste ciclo do FNDCT, o Programa 11, que é o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial. E esse programa vai sendo renovado a cada ano. Então, a parte dinâmica do PBIA deve se consubstanciar nessa revisão dos programas. Inclusive, o trabalho que o CCGE faz é um trabalho de acompanhamento, monitoramento, avaliação das entregas e apoio à execução das ações, que faz também com que haja um dinamismo na forma como o plano vai sendo executado. Então, ele não é uma peça estática, mas dinâmica. Não há uma previsão, portanto, vamos rever o plano em dois anos, três anos, mas sim constantemente, pensando nos avanços, barreiras e necessidades que vierem a ser encontradas. ■



A maternidade na centralidade da agenda política brasileira

Em artigo, Ana Clara Ferrari defende que a maternidade precisa sair da margem das pautas feministas e da esquerda e ocupar lugar central na agenda política brasileira, como eixo estratégico para direitos, democracia e emancipação das mulheres

Ana Clara Ferrari

Um artigo recente do Washington Post revela a crise estrutural de retrocesso que as mães enfrentam no mercado de trabalho. Estratégias para a recuperação econômica pós pandemia, agora elas são “expulsas” para dar lugar à normalidade de antes. Mães de crianças pequenas são as mais afetadas.

Nada de novo no front da desigualdade de gênero. Mas isso faz ressoar uma reflexão que há tempos me consome sobre os cami-

nhos para colocar a maternidade na centralidade da agenda política brasileira.

Via de regra, a maternidade como centralidade é vista com receio pela maior parte do movimento feminista. No entanto a realidade atropela, afasta as mulheres dos debates e as faz olharem para a “vida no lar”, as tradwives, como uma saída até razoável para a exaustão. Sabemos que não é uma alternativa, nunca houve essa época de ouro, é uma idealização (e vou poupá-las de descrever as razões, porque seria outro texto) e esse fenômeno não é “culpa do feminismo”, embora não exista espaço vazio na política. Se

ninguém fala, alguém ocupa.

O fato é que ao se furtar, em pleno século 21, pós pandemia global, de colocar a maternidade na centralidade, o campo da esquerda joga essas mulheres para o colo da direita — que dá a saída “fácil”, mas da qual ele não se propõe a dar nenhuma. E, pasmem, mãe não é nicho. Hoje, 75% das mulheres brasileiras são mães.

Isso acontece porque o campo da esquerda, historicamente, não se propõe a se debruçar sobre essas questões de forma integrada. As pautas são diluídas como demandas do mundo do trabalho (licença-maternidade, paternidade, tentar não ser demitida na volta);



da violência (tenta sobreviver ao parto); da educação (bota na creche e vai ser feliz); da cultura. E fim. Não existe um esforço de elaboração política geral (quicá de políticas públicas) centrada na maternidade em si.

A pauta da Política de Cuidados (recente no país, com uma política nacional aprovada neste ano) é um avanço, passa pela maternidade, mas não se centra nela. Essa política tem outros infinitos méritos, é necessária, importante, estratégica, sobretudo para mulheres, mas não é sobre isso que estou falando.

Porque esse receio de centrar na maternidade não é por acaso.

O feminismo ensina a desviar das armadilhas do patriarcado, olhando e honrando quem veio antes de nós. Por exemplo, uma das lutas feministas da Constituinte de 1988 relacionadas ao SUS era garantir o atendimento integral das mulheres, independentemente de sua função reprodutiva. Antes, só havia o conceito de hospital e atendimento “materno-infantil”, como se ser mãe fosse condição indissociável de ser mulher. Garantir que a mulher fosse vista e reconhecida como sujeito político de direito, independente de sua capacidade reprodutiva era estratégico para garantia de direitos. E as feministas estavam absolutamente corretas. Tivemos avanços indiscutíveis e só esta-

mos aqui, neste ponto da história, porque elas assim o fizeram, na busca de romper com esse instrumento de dominação patriarcal.

A função reprodutiva da mulher, historicamente, foi e tem sido utilizada como mecanismo de controle, imposição e subjugação das próprias mulheres. É sobre o solo dessa perspectiva patriarcal que a direita conservadora centraliza o conceito de maternidade — dando ares de romance e idealização, enquanto cerceia toda possibilidade de autonomia e garantia de direitos. E mesmo hoje, parece que esta é a única forma possível de conceituar maternidade: a mãezinha, pura, casta, devota, predestinada, instintiva. Portanto fazia todo sentido haver um esforço racional em dissociar esses papéis — mulher e mãe — para ampliar a pluralidade dos papéis que as mulheres podem e querem desempenhar na sociedade, independente de suas escolhas sobre ter ou não ter filhos.

Porém o plot-twist carpado é que as mulheres continuam sendo mães, escolhendo ser mães (e não escolhendo também); e são elas quem garantem a reprodução social e da vida enquanto o ultraliberalismo corrói nossas bases sociais e humanas mais profundas.

As respostas progressistas minimamente mais elaboradas dão conta de organizar a vida da mu-

lher para que ela volte a ser explorada no mercado de trabalho e coloque o filho na creche. Tudo isso diluído em caixinhas do mundo do trabalho, da educação, e de pautar na opinião pública o hercúleo esforço de divisão de tarefas e de legislação para que o genitor cumpra obrigações mínimas. E isso já uma enorme luta, batalha permanente, incansável.

Ainda assim, avalio que passou da hora do campo progressista e de esquerda dar conta de elaborar e pautar a centralidade da maternidade, desviando das armadilhas do patriarcado, mesmo sem grandes certezas ou construções prontas. Porque no la tenemos, yo tampoco.

Para isso, proponho começar com algumas perguntas:

É possível construir nesta sociedade uma maternidade emancipadora?

Como fazer da maternidade uma ferramenta de emancipação das mulheres?

Que mundo queremos construir ao lado das mães?

Reconheço que avançar nessas respostas exige de nós não só o conhecimento das políticas públicas existentes, ou de mecanismos orçamentários para fazer o giro executivo, mas aquilo que há muito tem faltado em nosso campo: sonhar com a condição de crer em nosso sonho. ■

Ana Clara Ferrari, jornalista e especialista em política pública para igualdade de gênero. Pós-graduada em Gestão Pública, foi relatora do GT de Transição (2022) da pasta de Mulheres; e Coordenadora-Geral de Autonomia Econômica e Combate à Fome e à Pobreza, no Ministério das Mulheres. Trabalhou na Prefeitura de São Paulo de 2013 a 2020, nas Secretarias de Comunicação, Relações Internacionais, Saúde e Inovação e Tecnologia, coordenando projetos de comunicação e inovação em todas as áreas. É autora do livro “Querido Diário da República”, lançado em 2019. E atualmente é coordenadora de formação política para mulheres da Fundação Perseu Abramo.



Governo lança crédito de R\$ 12 bilhões para modernizar indústria 4.0

BNDES e Finep financiam máquinas e equipamentos de alta tecnologia, ampliando produtividade e competitividade da economia brasileira

Agência BNDES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta segunda-feira (25), em Brasília, a criação de uma linha de crédito de R\$ 12 bilhões para financiar a difusão de máquinas e equipamentos 4.0 na economia.

A iniciativa une recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com condições diferenciadas de financiamento.

O objetivo é elevar a produtividade, reduzir custos e moder-

nizar o parque fabril brasileiro. A medida decorre de resolução do Conselho Monetário Nacional que ampliou o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sob gestão do BNDES.

Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o investimento é estratégico: “Máquinas e equipamentos vão fazer com que a indústria ganhe competitividade, reduza custos e modernize o parque industrial brasileiro”, afirmou.

Modernização e competitividade

Do total, R\$ 10 bilhões serão

operados pelo BNDES, destinados a bens de capital que incorporem tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet das coisas, sensoriamento e computação em nuvem. Outros R\$ 2 bilhões da Finep irão para empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como forma de reduzir desigualdades regionais e ampliar o alcance da inovação.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, anunciou que os créditos começam a ser aprovados a partir de 15 de setembro. Segundo ele, os recursos beneficiarão principalmente micro, pequenas e médias empresas, com taxas de juros de até 8,5% ao ano, abaixo das condições atualmente praticadas no mercado.

Para empresas de menor porte, projetos de até R\$ 50 milhões terão financiamento indireto, via bancos credenciados. Já médias e grandes companhias, com projetos de até R\$ 300 milhões, terão acesso direto ao crédito com o BNDES.

Indústria 4.0 como motor da produtividade

A linha também apoia fabricantes de máquinas e equipamentos 4.0, ampliando a comercialização de seus produtos. Para Mercadante, o investimento reforça dois pilares centrais da política industrial: “É crédito que vai direto na competitividade, na produtividade e na eficiência, irradiando inovação para toda a economia”.

O diagnóstico é claro: o parque fabril brasileiro ainda opera com máquinas antigas, com idade média de 14 anos. Estima-se que 38% dos equipamentos estejam próximos ou além do ciclo de vida ideal estabelecido pelos fabricantes, o que reduz produtividade e aumenta custos de manutenção e energia. ■

Da Agência BNDES de Notícias



Queda no preço da cesta básica em 15 capitais reflete políticas públicas de abastecimento

Parceria entre Conab e Dieese amplia monitoramento para todas as capitais e fortalece instrumentos de segurança alimentar

Redação Focus Brasil*

O custo da cesta básica de alimentos caiu em 15 capitais brasileiras no mês de julho, segundo análise divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A redução foi puxada pelos menores preços do arroz, da carne bovina, do açúcar e do feijão.

Em outras 12 capitais houve aumento, com São Paulo registrando o maior custo da cesta (R\$ 865,90), seguida por Florianópolis (R\$ 844,89), Porto Alegre (R\$

830,41), Rio de Janeiro (R\$ 823,59) e Cuiabá (R\$ 813,48). Já os menores valores médios foram verificados em Aracaju (R\$ 568,52), Maceió (R\$ 621,74), Salvador (R\$ 635,08) e Porto Velho (R\$ 636,69).

Monitoramento em todas as capitais

Um marco da pesquisa foi a ampliação para as 27 capitais brasileiras, garantindo diagnóstico completo do custo da alimentação. Estados do Norte e do Nordeste, até então sem acompanhamento regular, passam a contar com dados sistemáticos para formulação de políticas públicas.

“Estamos fazendo uma reparação histórica. Dez estados que não tinham levantamento agora

têm, o que dá possibilidade para o Governo Federal se antecipar na formação de políticas públicas”, afirmou o presidente da Conab, Edegar Pretto.

Instrumento para políticas públicas

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, o monitoramento mais amplo permite análises mais precisas. “O índice passa a ser mais abrangente. Isso vai dar uma análise mais fina para as políticas públicas de como estão se comportando os alimentos no Brasil”, disse.

A diretora técnica do Dieese, Adriana Marcolino, destacou que os dados calculam também o número de horas de trabalho necessárias para garantir a cesta e o salário mínimo nacional necessário. “São indicadores que apoiam tanto as lutas da classe trabalhadora quanto as políticas públicas”, afirmou.

Direito humano à alimentação

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) reforçou a importância da pesquisa como instrumento de promoção do direito humano à alimentação adequada.

“A cesta básica é uma ferramenta fundamental para garantir esse direito, que envolve disponibilidade, adequação, acesso e sustentabilidade”, afirmou Valéria Burity, secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome.

Com investimento inicial de R\$ 2,5 milhões, a parceria Conab-Dieese fortalece o planejamento e amplia os instrumentos de segurança alimentar do país, resultado direto da prioridade política do governo federal. ■

Com informações da Secom-PR



Debate conta com a participação de Fernando Haddad e Geraldo Alckmin na sede do PT

Diretório Nacional e Executiva do PT tomam posse após debate com Alckmin e Haddad

Posse do Diretório e da Executiva do PT reúne dirigentes, Alckmin e Haddad em discussão sobre soberania, democracia e futuro eleitoral

Fernanda Otero

Após o Processo de Eleições Diretas (PED) mais representativo da história do Partido dos Trabalhadores, tomou posse no sábado, 23, em Brasília, o novo Diretório Nacional. Na mesma ocasião, foi eleita a Comissão Executiva Nacional (CEN). A reunião foi conduzida pelo presidente do partido, Edinho Silva.

Participaram dirigentes estaduais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin,

que abriram os trabalhos com um debate sobre a conjuntura nacional e internacional.

Alckmin observou que “o Brasil tem muitas siglas partidárias e poucos partidos políticos, e um desses poucos partidos políticos é o PT”. O vice-presidente também afirmou que, apesar de o PT “dar trabalho”, reconhece o valor da vida partidária e da democracia interna da legenda.

No debate, Alckmin e Haddad ressaltaram que a soberania nacional não está em negociação e que o Brasil mantém posição de destaque na América Latina e no cenário global. A íntegra da discussão está disponível no canal do PT no YouTube.

Composição do DN

O colegiado, formado por 93 dirigentes, conduzirá o partido pelos próximos quatro anos, com foco no enfrentamento à extrema-direita, na reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026 e em pautas como a justiça tributária e o fim da escala 6x1.

O primeiro Diretório Nacional do PT, eleito em 1981, tinha 92 membros. Desde então, a composição variou ao longo dos congressos e encontros.

Em 2017, o número foi ampliado para 90 integrantes, além do presidente, líderes das bancadas na Câmara e no Senado e o presidente de honra, Luiz Inácio Lula da Silva.

Naquele mesmo congresso, foi definido que a CEN teria 26 integrantes, incluindo cinco vice-presidências para ampliar a representatividade regional.

Composição da CEN

Em 2025, a Comissão Executiva Nacional do PT terá 29 membros (saiba mais aqui), entre eles o presidente, cinco vice-presidentes e representantes das secretarias de Comunicação, Finanças e Planejamento, Secretaria-Geral, Relações Internacionais, Organização, Movimentos Populares e Política Setorial, Mobilização, Nucleação, Assuntos Institucionais, Formação e Articulação de Políticas Públicas. Também haverá nove vogais.

A primeira Executiva Nacional, em 1980, foi provisória e contava com 11 membros. Em 1985, no 3º Encontro, passou a ter 23 dirigentes, entre eles presidente, três vice-presidentes, secretários, tesoureiros e vogais com atribuições em áreas como Cultura, Educação Política, Sindical e Relações Internacionais. ■

PGR atende pedido de Lindbergh Farias (PT-RJ) e autoriza monitoramento integral de Bolsonaro

Líder do PT na Câmara pediu reforço para evitar fuga do ex-presidente e possível pedido de asilo em embaixadas

PT na Câmara

Após solicitação do líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), a Procuradoria-Geral da República (PGR) autorizou nesta terça-feira (26) o monitoramento em tempo integral de Jair Bolsonaro pela Polícia Federal. A medida busca impedir uma possível tentativa de fuga do ex-presidente.

O pedido foi apresentado após a bancada do PT protocolar denúncia junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) na última sexta-feira (22), alertando para indícios de um plano de Bolsonaro para solicitar asilo na Embaixada dos Estados Unidos ou da Argentina.

Segundo Lindbergh, “depois da denúncia, constatamos que, de fato, as vulnerabilidades eram muito grandes. Não havia um operativo policial ali; simplesmente a tornozeleira eletrônica era monitorada pela Secretaria de Administração Penitenciária do governo do Distrito Federal”.

A preocupação tem antecedentes: em fevereiro de 2024, Bolsonaro chegou a permanecer dois dias na Embaixada da Hungria, episódio revelado posteriormente pelo jornal New York Times.

Para Lindbergh, a decisão da PGR é um passo necessário diante da proximidade do julgamento sobre a tentativa de golpe de Estado. “Mesmo com tornozeleira eletrônica e prisão domiciliar, Bolsonaro continua sob suspeita de tentar se evadir. O movimento da PGR é uma ação preventiva para garantir que a lei seja cumprida”, afirmou. ■



Bruno Molina/STF



7 de Setembro terá mobilizações em defesa da soberania em todo o país

PT, centrais sindicais e movimentos sociais organizam atos nacionais em data que volta a ser expressão popular pela democracia e por um Brasil justo

O Partido dos Trabalhadores (PT), em conjunto com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, centrais sindicais, partidos progressistas, representações religiosas e movimentos sociais, convoca a mobilização nacional “Povo Independente é Povo Soberano” no dia 7 de setembro, em diversas capitais e cidades do país. Nas redes sociais, apoiadores e ativistas falam em “Uma data reconquistada pelo povo”

A iniciativa busca reafirmar o caráter popular da Independência, que nos últimos anos foi marcada por atos bolsonaristas, mas agora retoma sua essência de luta por um Brasil soberano, democrático e socialmente justo.

Para o PT e as organizações envolvidas, a soberania não é negociável e deve ser defendida por brasileiros e brasileiras, independentemente das diferenças políticas.

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, destacou que a mobilização também é um momento de conscientização frente às agressões externas contra a economia brasileira.

“O importante é dialogar com a sociedade sobre o que está em disputa no cenário nacional. Que o 7 de Setembro seja um momento de expressão popular e de defesa da soberania”, afirmou.

Organização nacional e prioridade política

A secretária nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais do PT, Lucinha Barbosa, reforçou a importância da mili-

tância e da atuação das instâncias estaduais na organização dos atos.

“Esse ano temos a responsabilidade de convocar a população e ajudar a estruturar manifestações em todas as capitais, junto às organizações populares e à Igreja Católica. É prioridade do partido estar ao lado do povo brasileiro neste 7 de Setembro”, afirmou.

Até agora, 17 estados e o Distrito Federal já confirmaram mobilizações, que terão concentração em locais históricos e simbólicos. A mobilização se soma ao tradicional Grito dos Excluídos, que ocorre no mesmo dia, reforçando o lema: na nossa terra, quem manda é o povo brasileiro.

Cidades e locais confirmados para os atos de 7 de setembro

Com informações confirmadas até o momento pela Agência PT. Lista em atualização.

Salvador (BA)

09h, Campo Grande

Natal (RN)

Concentração na Praça das Flores, Petrópolis

São Paulo (SP)

09h, Praça da República

Recife (PE)

09h, Parque 13 de Maio até Praça do Carmo

Porto Alegre (RS)

14h, Ponte de Pedra, Largo dos Açorianos

Rio de Janeiro (RJ)

09h, Rua Uruguaiana com Presidente Vargas, Centro

Minas Gerais (MG)

Mobilização das centrais sindicais

Campo Grande (MS)

08h, Grito dos Excluídos, cruzamento das Ruas 13 de Maio e Dom Aquino

João Pessoa (PB)

Reunião de organização do Grito dos Excluídos

Aracaju (SE)

09h, Praça da Catedral Metropolitana

Goiânia (GO)

08h30, Praça do Trabalhador; 09h, Feira Hippie

Macapá (AP)

Avenida Cabral

Sergipe (SE)

Mobilização durante o desfile das escolas

Florianópolis (SC)

Atividade da CUT e plenária de organização

Fortaleza (CE)

08h, Praça da Paz

Distrito Federal (DF)

10h, Praça Zumbi dos Palmares

Belém (PA)

09h, Escadinha do Cais do Porto até a Praça da Prefeitura

Vitória (ES)

8h30, Praça Portal do Príncipe até a Praça João Clímaco, em frente ao Palácio Anchieta ■



Agência Senado

Com apoio do Governo, Senado vota hoje PL conhecido como “ECA Digital”

Projeto de Lei 2628/2022, conhecido como “ECA Digital”, define medidas contra crimes e publicidade abusiva em ambientes online; Senado decidiu pautar a votação para esta quarta-feira (27)

Claudia Rocha*

O Senado deve votar na quarta-feira (27) o projeto de lei que cria regras para a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

A inclusão da proposta na pauta da sessão foi anunciada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, nesta terça-feira (25) em Plenário. Aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 20, o PL 2.628/2022 retornou à Casa após mudanças feitas pelos deputados.

Tramitação

Ao atender um pedido de ur-

gência do autor do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o presidente do Senado informou que o texto não precisará passar pelas comissões temáticas da Casa. Ele designou o senador Flávio Arns (PSB-PR) como relator de Plenário para o texto alternativo da Câmara.

“Com isso, o Senado reafirma o compromisso com a proteção da nossa infância e da nossa juventude. E o Congresso Nacional como um todo, Senado e Câmara, legislando de forma atenta e responsável, reafirma seu cuidado com o bem-estar de toda a sociedade brasileira”, afirmou o presidente da Casa.

“O futuro do Brasil depende de como cuidamos das novas gerações. Ao assumir essa responsabi-

lidade, o Parlamento cumpre seu dever de proteger a segurança, a dignidade e as oportunidades de nossas crianças e adolescentes”, concluiu.

O tema ganhou destaque e apoio do Governo Federal, em franca campanha pela aprovação do projeto, após o influenciador Felca publicar o vídeo “Adultização”, em que expõe e denuncia práticas abusivas envolvendo menores em ambientes digitais.

ECA Digital

Chamado por especialistas de “ECA Digital” (em referência ao Estatuto da Criança e Adolescente), o PL chegou à casa presidida por Hugo Motta, após ser aprovado no Senado. ■

Como houve mudanças no tex-

to, o projeto retorna, agora, para apreciação dos senadores, antes de ir para sanção presidencial. A expectativa é que haja consenso sobre o tema.

Com 16 capítulos e 41 artigos, o texto obriga as plataformas digitais a tomarem medidas para prevenir riscos de crianças e adolescentes acessarem conteúdos ilegais ou considerados impróprios, como exploração e abuso sexual, violência física, intimidação, assédio, promoção e comercialização de jogos de azar, práticas publicitárias predatórias e enganosas, entre outros crimes.

O texto disciplina o uso de publicidade, a coleta e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes e estabelece regras para jogos eletrônicos, com proibição à exposição a jogos de azar.

Em caso de descumprimento das obrigações previstas na lei, as empresas ficam sujeitas a penalidades que variam de advertência, multas que podem chegar a R\$ 50 milhões, suspensão temporária de atividades e até a proibição definitiva das atividades no país.

Reações em Brasília

O governo apoiou o projeto e comemorou a aprovação. Do outro lado, parlamentares da ala bolsonarista defenderam interesses das big techs, que se colocam contrárias à remoção de conteúdos nos termos do projeto, conforme relatado em reportagem da Agência Pública.

“Não tenho dúvida de que nossas crianças e adolescentes vão reconhecer o trabalho do Parlamento brasileiro em buscar um ambiente seguro nas redes sociais, no ambiente digital”, afirmou o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta.

Para especialistas na temática da infância, a aprovação do projeto foi um avanço. “Não é certo jogar para dentro das casas brasileiras um problema que foi criado



Antônio Cruz/Agência Brasil

fora delas por empresas que hoje lucram bilhões às custas da atenção, da saúde mental e da integridade física, inclusive, das nossas crianças e adolescentes”, afirmou Maria Mello, coordenadora do Instituto Alana.

“Mães de adolescentes testaram essas contas e, em menos de dois minutos, o perfil que devia ser de menos conteúdos sensíveis foi inundado por memes de cunho nazista. Em três horas, mais de 120 vídeos sobre consumo de drogas e álcool foram exibidos por esses perfis. Isso também é adultização e as crianças são presas fáceis nesse processo”, completa a ativista.

Remoção de conteúdo e fiscalização

Ponto central da proposta, a possibilidade de remoção imediata de conteúdos criminosos por parte das plataformas deve se dar a partir de um processo específico de notificação.

No artigo 29, que trata da questão, os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação devem proceder a retirada de conteúdo que violar

direitos de crianças e adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, independentemente de ordem judicial.

Em entrevista à TV Brasil, o secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, João Brant, avaliou que o país já conta com algumas entidades de acompanhamento e regulação, criadas por lei, conforme determina o PL, e que podem atuar na fiscalização do cumprimento da legislação.

“Não precisamos criar nada do zero. A gente pode pegar e entender quais estruturas do Estado estão mais adequadas para fazer isso. Precisa ser na lógica da lei das agências. Elas precisam ter autonomia. Tenho certeza de que a gente vai encontrar o melhor caminho”, defende.

Para Brant, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por exemplo, pode “ganhar corpo, robustez e competências específicas” para se adequar ao que está previsto no PL. ■

Com informações da Agência Senado



Lula durante a reunião ministerial: ‘Somos um país soberano. Temos uma Constituição, uma legislação, e quem quiser entrar nesses 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, têm que prestar contas à nossa legislação’

Lula defende soberania e mudanças na governança global em reunião ministerial

Presidente reforça posição do Brasil em negociações internacionais, critica tarifas dos EUA e cobra ação efetiva contra guerras e genocídios

Redação Focus Brail

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conduziu nesta terça-feira (26), no Palácio do Planalto, a segunda reunião ministerial de 2025. Na abertura, defendeu a soberania nacional, a busca por consensos em igual-

dade de condições e a necessidade de mudanças nas instituições multilaterais.

“Somos um país soberano. Temos uma Constituição, uma legislação, e quem quiser entrar nesses 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, no nosso espaço aéreo, marítimo ou florestas, tem que prestar contas à nossa Constituição e à nossa legislação”, afirmou.

Negociações com os EUA

O encontro ocorreu em meio às tarifas de 50% impostas pelos Estados Unidos a setores da economia brasileira. O vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, informou que 41,3% das exportações nacionais ficaram de fora da medida e que 23,2% estão incluídas em tarifas globais aplicadas a todos os países, como aço e alumínio. Ainda assim, 35,6% das exportações brasileiras permanecem sujeitas à alíquota de 50%.

Programa Brasil Soberano

Alckmin destacou o lançamento do programa Brasil Soberano, que prevê R\$ 40 bilhões em apoio a exportadores e trabalhadores, com linhas de crédito do BNDES, medidas de proteção ao emprego e estímulo à indústria nacional.

O vice-presidente também lidera missão empresarial ao México, acompanhada por ministros e cem empresários brasileiros. O objetivo é ampliar o comércio bilateral em áreas como agricultura, biocombustíveis, aeronaves e energia. Lula afirmou que a visita “fortalece as relações entre as duas maiores economias da América Latina”.

Crises globais

Lula criticou a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, citando o alto custo financeiro e humanitário. Também classificou a situação em Gaza como genocídio e defendeu maior mobilização internacional contra as violações de direitos humanos.

O presidente voltou a cobrar a ampliação e democratização do Conselho de Segurança da ONU. “É por isso que estamos há muito tempo reivindicando mudanças na governança da ONU, para que haja capacidade real de interromper guerras e genocídios”, disse. ■



Alckmin lidera comitiva ao México em busca de ampliar comércio pós tarifaço

Encontro com presidente Claudia Sheinbaum e reuniões bilaterais miram diversificação de exportações brasileiras

Redação Focus Brasil

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin desembarca em comitiva hoje, 27, no México.

A viagem começa em encontro com a presidente mexicana Claudia Sheinbaum, que recebe a comitiva para tratar de novas oportunidades de comércio entre os dois países.

O movimento ocorre em meio ao impacto do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que elevou

em 50% as tarifas sobre mais de 100 setores da economia brasileira.

Diante desse cenário, o governo busca fortalecer as exportações para mercados alternativos, com destaque para móveis, mármore, equipamentos médico-dontológicos e máquinas agrícolas.

Em 2024, o comércio bilateral somou mais de US\$ 13 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 7,8 bilhões e importações de US\$ 5,7 bilhões. O México é hoje o segundo maior destino das exportações brasileiras na América Latina e o sétimo no mundo.

Alckmin ressaltou que a dependência brasileira do mercado norte-americano vem diminuindo.

“Na década de 1980, era 24% a nossa exportação para os EUA. Hoje, é 12%. E o que está afetado no tarifaço é 3,3%”, afirmou. Ele destacou ainda negociações em andamento do Mercosul com blocos como a União Europeia.

A ofensiva comercial se soma às medidas anunciadas pelo governo Lula no âmbito do programa Brasil Soberano, lançado para apoiar empresas atingidas pelo tarifaço.

A iniciativa prevê R\$ 30 bilhões em crédito emergencial, cashback de impostos para pequenas exportadoras e adiamento no pagamento de tributos. O BNDES, por sua vez, abrirá quatro linhas de crédito a partir de 15 de setembro. ■

Tecnologia social nas periferias pode alavancar transição ecológica

Roda de conversa da Fundação Perseu Abramo debateu sustentabilidade, trabalho e participação comunitária em territórios vulneráveis

Rose Silva

A Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio do programa Reconexão Periferias, promoveu no dia 18 de agosto a roda de conversa “Transição ecológica, trabalho, meio ambiente e participação social nas periferias”.

O encontro online reuniu representantes do governo federal, organizações sociais e técnicos para discutir práticas e políticas públicas que integrem justiça social e sustentabilidade. O resultado do debate será publicado em um caderno com subsídios para a formulação de ações voltadas às periferias.

O vice-presidente da FPA, Brenno Almeida, destacou que a candidatura do Brasil para sediar a COP30 reflete a autoridade do país para conduzir o debate sobre transição ecológica.

“Tudo isso nos credencia a ter esse olhar da participação social nas periferias, na perspectiva da transição ecológica. E dialoga com a necessidade de levarmos essa reflexão até as bases”, disse.

Crise climática e desigualdades

O secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades,

Guilherme Simões, ressaltou a necessidade de integrar a agenda climática ao combate às desigualdades.

Segundo ele, moradores de regiões vulneráveis são até quinze vezes mais afetados por enchentes, secas e tempestades do que populações em áreas com infraestrutura adequada.

“Na periferia de São Paulo, há ilhas de calor de até dez graus a mais do que no centro expandido. É preciso pensar a relação entre precariedade urbana e os efeitos das mudanças climáticas”, afirmou.

Simões também destacou o potencial de inovação das comunidades. “A ausência e as contradições do Estado ajudaram a construir o que chamamos de economia da sobrevivência. As cozinhas solidárias são um exemplo que chegou ao governo e se transformou em política pública”, disse.

Poluição e governança

O secretário Nacional de Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Adalberto Maluf, afirmou que periferias têm “o dobro e até três vezes mais poluição e mortes associadas” do que bairros mais ricos e arborizados. Para ele, é urgente criar mecanismos de governança que considerem o recorte territorial. “As periferias são espaços de criatividade e tecnolo-

gias sociais, fundamentais para a economia verde”, disse.

Maluf informou que a pasta concluiu uma plataforma com 44 indicadores de saúde ambiental para orientar políticas públicas, com atenção especial à primeira infância e aos adolescentes.

“O meio ambiente é a agenda mais transversal do governo Lula, presente em 29 ministérios. Isso garante execução na ponta e priorização da qualidade de vida”, afirmou.

Participação comunitária

O gerente de Projetos Estratégicos da Fundação Tide Setúbal, Marcelo Ribeiro, apresentou experiências do bairro Jardim Lápenna, no extremo leste de São Paulo.

A comunidade estruturou um plano de bairro, com nove grupos temáticos e comitês culturais formados por dezenas de artistas locais. Durante a pandemia, surgiram iniciativas de acolhimento às vítimas de violência de gênero, lideradas por cerca de 200 mulheres.

Para Ribeiro, a diversidade das periferias, quilombos, comunidades indígenas e ribeirinhas deve estar no centro do debate climático. “Esses grupos não são apenas vítimas. Eles têm produzido soluções de mitigação e adaptação que podem ser inseridas em políticas públicas”, afirmou. ■



Captura de Vídeo/The Guardian

Israel ataca hospital em Gaza, mata jornalistas e amplia tensão diplomática

Bombardeio contra hospital Nasser provoca reação global, fortalece apelos por cessar-fogo e agrava tensão diplomática com o Brasil

Fernanda Otero

Israel bombardeou na segunda-feira (25) o hospital Nasser, em Khan Younis, no sul da Faixa de Gaza. O local foi atingido duas vezes: primeiro durante o atendimento a feridos e, em seguida, quando equipes de resgate e jornalistas prestavam socorro. Pelo menos 20 pessoas morreram, entre elas cinco profissionais de imprensa.

O ataque gerou condenação imediata. O chanceler britânico afirmou estar "horrorizado" e defendeu a proteção de civis, médicos e comunicadores, além de um

cessar-fogo imediato.

O Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ) registrou que, desde outubro de 2023, já foram mortos 193 jornalistas palestinos, número superior ao total global dos três anos anteriores.

Entre os mortos no bombardeio estão repórteres de veículos internacionais, um fotógrafo e um comunicador independente. Outro jornalista ficou gravemente ferido.

Conflito e reações internacionais

Em 22 meses de confrontos, a ofensiva israelense já deixou mais de 62,6 mil palestinos mor-

tos, após o ataque coordenado do Hamas em outubro de 2023, que matou 1.200 pessoas em Israel e resultou em 250 reféns.

O agravamento da crise humanitária levou 206 ex-embaixadores e ex-altos funcionários da União Europeia a assinar uma carta inédita pedindo que o bloco imponha medidas mais duras contra Israel.

O governo brasileiro também se manifestou. Em nota, o Itamaraty expressou "firme condenação" aos bombardeios em Khan Younis, que vitimaram jornalistas e trabalhadores humanitários. O comunicado reforçou a necessidade de proteger civis e responsabilizar Israel pelas violações. ■



Brasil-Israel: Itamaraty reage a insultos e relações diplomáticas são rebaixadas

Após recusa brasileira a novo embaixador e críticas de Lula à guerra em Gaza, Israel rebaixa relações diplomáticas; governo brasileiro condena ataques e reafirma defesa da solução de dois Estados

Com informações da Agência Brasil e The Times of Israel

As relações diplomáticas entre Brasil e Israel atravessam um dos momentos mais tensos das últimas décadas. Após meses de atritos, os dois países ficarão sem embaixadores pela primeira vez em décadas, reduzindo a interlocução política direta.

O impasse se agravou depois que o governo brasileiro não respondeu à indicação de Gali Dagan para assumir a embaixada israelense em Brasília, o que foi interpretado por Tel Aviv como recusa política.

Israel anunciou que não fará nova nomeação e manterá apenas um encarregado de negócios no posto. O Planalto avalia que a medida cristaliza a deterioração em curso e que seguirá defendendo, na ONU, cessar-fogo imediato e a solução de dois Estados.

Escalada de acusações

O ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, intensificou a crise ao chamar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “antisemita apoiador do Hamas” em publicação nas redes sociais, em português, ilustrada por uma imagem gerada por inteligência artificial.

Katz já havia protagonizado um episódio em 2024, quando levou o embaixador brasileiro Frederico Meyer ao Museu do Holocausto em Tel Aviv, ato que o Itamaraty classificou como uma forma de humilhação.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) reagiu nesta terça-feira (26), classificando as declarações de Katz como “ofensas, inverdades e grosserias inaceitáveis”.

O comunicado afirmou: “Cabe ao ministro da Defesa assegurar que seu país não apenas previna, mas também impeça a prática de genocídio contra os palestinos”.

O governo brasileiro lembrou que as operações militares israelenses já resultaram na morte de 63 mil palestinos, um terço deles mulheres e crianças, e destacou o

uso da fome como arma de guerra.

Diplomacia acirrada

A crise diplomática se arrasta desde a guerra em Gaza, em outubro de 2023, quando um ataque do Hamas deixou 1.200 mortos em Israel e resultou em 250 reféns e deu início a uma série de ataques e crimes de guerra cometidos por Israel.

A resposta israelense causou milhares de mortes civis palestinas e hoje deixa o país em estado de fome. Em fevereiro de 2024, após Lula comparar a ofensiva em Gaza ao Holocausto, Israel declarou o presidente brasileiro persona non grata. O Brasil chamou de volta seu embaixador em Tel Aviv e não nomeou substituto.

O governo brasileiro também se juntou à ação movida pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça (CIJ), que acusa Israel de genocídio. Em julho de 2025, o Brasil deixou a Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), alegando incompatibilidade com sua posição diante da guerra, decisão que Tel Aviv usou para reforçar as acusações contra Lula.

Posição oficial do Brasil

O Brasil manteve postura crítica às políticas do governo de Benjamin Netanyahu, sem deixar de condenar o terrorismo. “O governo brasileiro já deixou claro que não é contra Israel, e sim contra políticas adotadas pelo premiê Netanyahu”, disse o assessor especial da Presidência, Celso Amorim.

Em nota, o Itamaraty reforçou sua posição: “Espera-se do sr. Katz, em vez de habituais mentiras e agressões, que assuma responsabilidade e apure a verdade sobre o ataque de ontem contra o hospital Nasser, em Gaza”.

Nesta semana, o governo brasileiro voltou a defender a reforma do Conselho de Segurança da ONU, com a inclusão de países do Sul Global como membros permanentes. ■



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é recebido por Gustavo Petro durante a Cúpula da OTCA em Bogotá, que reuniu líderes amazônicos para debater clima e integração regional

Alternativas à crise climática e integração regional amazônica são destaques da Cúpula de Bogotá

Durante reunião de membros da OTCA, Lula defendeu o multilateralismo, a soberania dos países e o fortalecimento das forças de segurança no território

Claudia Rocha

Com o compromisso de proteger o bioma amazônico, representantes dos oito países que compõem a OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, estiveram reunidos na semana passada, em Bogotá, na Colômbia, para discutir soluções para a região.

Na sexta-feira (22), o presidente Lula participou da reunião e frisou o papel do multilateralismo

como solução para o enfrentamento da questão climática.

“Se a ONU é o lugar que criamos para tratar dos temas mais importantes da humanidade, é lá que a mudança do clima deve estar”, disse Lula. “Vamos trabalhar para que se crie um Conselho do Clima, capaz de mobilizar os países a efetivarem seus compromissos”, disse Lula.

Leia aqui o discurso do presidente Lula em encontro com a sociedade civil no âmbito da Cúpula da OTCA

Os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e da Bolívia, Luís Arce, destacaram a importância da preservação da floresta amazônica para evitar o ponto de não-retorno, quando as consequências do aquecimento global tornam-se irreversíveis.

Nesse sentido, o governo brasileiro tem uma proposta que será lançada na COP30, a Conferência do Clima, em novembro, em Belém. O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, em inglês) quer garantir recursos de longo prazo para conservar as florestas, mobilizando investimentos públicos e privados.



Declaração de Bogotá

No sábado (23), foi divulgada a Declaração de Bogotá, carta com metas acordadas entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Entre os pontos da declaração, os países amazônicos reforçaram a urgência de ações coordenadas contra o desmatamento e a perda de biodiversidade, alinhadas ao Acordo de Paris.

O ponto de não-retorno aparece como preocupação, já que com o colapso do bioma, o mundo seria afetado com a perda da capacidade de absorção de carbono, mas ainda não existe consenso sobre isso no meio científico.

A falta de metas claras sobre a proteção concreta da floresta frustrou integrantes da sociedade civil que participaram da cúpula em Bogotá. O apoio à proposta da TFFF aparece no documento.

Um ponto considerado polêmico, que dividiu os países do bloco, foi a exploração de petróleo na Amazônia. O texto final apontou que é necessário “avançar em direção a uma transição energética justa, ordenada e equitativa”.

O encontro da V Cúpula de Presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica dá continuidade à

edição anterior realizada em Belém, no Brasil, em agosto de 2023, quando foram acordados os primeiros compromissos para o desenvolvimento local sustentável.

Na ocasião, ocorreu também o evento Diálogos Amazônicos, que teve como foco a participação da sociedade civil, acadêmicos e comunidades indígenas e ribeirinhas.

Ações de segurança

Em meio à ofensiva do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com o envio de navios de guerra ao litoral venezuelano, os chefes de Estado trocaram impressões sobre questões de segurança dos países do bloco.

O tema do combate ao narcotráfico na região apareceu nas discussões. O presidente Lula destacou a inauguração do CCPI Amazônia, o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, que será realizado em Manaus, no Amazonas, em 9 de setembro.

“[O centro] é uma coisa muito importante para combater o garimpo legal, o narcotráfico, o contrabando de armas e para combater qualquer outra coisa que nos perturbe”, disse o presidente, que

lembrou de casos emblemáticos de violência contra defensores dos Direitos Humanos como a Irmã Dorothy Stang, Dom Phillips e Bruno Pereira.

Lula também fez declarações em defesa da soberania dos países amazônicos: “Há muito tempo que os países ricos nos acusam de não cuidar da floresta. Aqueles que poluíram o planeta tentam impor modelos que não nos servem, utilizam a luta contra o desmatamento como justificativa para o protecionismo, usam o combate ao crime organizado como pretexto para violar nossa soberania. Mas está chegando o momento de mostrar ao mundo a realidade da Amazônia. Ela não é só feita de árvores, é também de gente que vive e respira todos os dias”, disse.

Fronteiras

Lançado na semana passada, um estudo promovido em parceria entre Instituto Igarapé, União Europeia e Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável identificou quatro tipos de disputas na região: ambientais, criminais, de capital e institucionais.

O relatório Amazônia em Disputa mapeia as áreas de fronteira, os principais atores e as dinâmicas que colocam a região em risco, com a identificação de pelo menos 16 grupos ilegais com presença em 69% dos municípios amazônicos, entre eles, Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), Exército de Libertação Nacional (ELN) e dissidências das FARC.

Segundo o levantamento, há cinco regiões fronteiriças que vivem grandes conflitos relacionados ao narcotráfico, contrabando de armas e garimpo ilegal, três delas envolvem o Brasil: a Mitú-Tairaira (Colômbia-Brasil), a Yavarí (Brasil-Peru) e o Trapézio Amazônico (Colômbia-Brasil-Peru). ■



25/08/1954

‘Mataram Getúlio!’ — e o povo sai às ruas

Logo após a notícia do suicídio do presidente Getúlio Vargas, multidões saem às ruas, enfurecidas, abortando qualquer hipótese de intervenção — muito embora o dispositivo militar montado para obrigar Getúlio a renunciar continuasse armado.

Populares ocuparam ruas e praças em todo o país e atacaram sedes de partidos de oposição — principalmente da UDN —, jornais alinhados ao udenismo e quartéis.

E não se esqueceram do maior inimigo do líder morto: Carlos Lacerda. Caçado nas ruas do Rio, ele se refugiou na embaixada dos Estados Unidos. Quando esta foi atacada, ele fugiu num helicóptero militar para o cruzador “Barroso”, ancorado na baía da Guanabara.

“Mataram Getúlio! Mataram Getúlio!”, gritavam os populares nas inúmeras manifestações que se seguiram à notícia do suicídio do presidente.

No Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e capitais do Nordeste, a multidão mostrava a cara e manifestava profunda revolta com o desfecho trágico da dura campanha oposicionista contra Vargas. O Exército interviria em várias cidades.

23/08/1963

‘Eu tenho um sonho’, clama Luther King

“Eu tenho um sonho hoje”, discursa o ativista negro Martin Luther King a uma multidão de compatriotas, negros e brancos, que encerram a Marcha para Washington, num gigantesco comício diante do simbólico monumento ao presidente abolicionista Abraham Lincoln.

“Eu tenho um sonho de que um dia, no Alabama, meninos negros e meninas negras poderão unir as mãos com meninos brancos e meninas brancas como irmãos e irmãs”. O pronunciamento do pastor sensibilizaria os Estados Unidos e o mundo para a questão racial norte-americana, impulsionando o movimento pelos direitos civis num país ainda manchado por leis estaduais segregacionistas.

Nos estados do sul dos EUA ainda vigoravam as chamadas Leis Jim Crow, criadas em 1876. Elas designavam os espaços públicos e escolas que poderiam ser frequentados por negros.

Apesar desse sistema que tratava os negros como cidadãos de segunda classe e da violência — espancamentos, prisões arbitrárias, incêndios criminosos, ameaças e assassinatos — que esses cidadãos enfrentavam cotidianamente, Luther King não aprovava uma reação nos mesmos moldes, mas defendia estratégias de não violência, com o intuito de atrair a opinião pública.

A questão racial passou a mobilizar o país principalmente após a prisão de Rosa Parks em Montgomery (Alabama). Em 1º de dezembro de 1955, ela se recusara

a ceder seu lugar no ônibus a um passageiro branco — ato que foi um marco para o movimento antirracista nos Estados Unidos. Em resposta à prisão, a população negra promovera um boicote à empresa de transporte público, que durou 381 dias.

Os confrontos se seguiram. Em 1957, Luther King havia criado a Confederação de Lideranças Cristãs do Sul (SCLC, do nome em inglês) e passara a liderar um movimento pelos direitos civis dos negros. Ele defendia uma estratégia de resistência pacífica, com o boicote a empresas e governos que compactuavam com as leis discriminatórias.

De todos os estados, o Alabama era o mais segregacionista. O próprio presidente John Kennedy chegara a se declarar “enojado” com imagens que mostravam cães da polícia atacando crianças negras. O próprio Luther King fora preso em uma visita a Birmingham, ficando oito dias incommunicável, e só fora solto após a intervenção de Kennedy e seu envolvimento com a causa dos direitos civis.

A luta por leis nacionais que garantissem o fim das leis segregacionistas estaduais ganharia o apoio do presidente democrata, que proporia uma lei de direitos civis. Kennedy seria assassinado logo depois, antes de vê-la aprovada, em 1964.

Luther King, que mais tarde receberia o Prêmio Nobel da Paz, também seria morto a tiros, em 1968, por extremistas.



28/08/1983

Combativa e autônoma, CUT nasce pela base

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora aprova a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a primeira central sindical criada após o golpe de 1964 e a primeira no país a ser lançada pela base. Reunidos por três dias em São Bernardo do Campo (SP), na antiga sede da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 5.059 delegados de 912 entidades sindicais elegem a primeira direção provisória da entidade, com mandato de um ano, tendo como presidente Jair Meneghelli, metalúrgico de São Bernardo.

A fundação da CUT ocorreu dois anos depois de ter sido aprovada na 1ª Conferência Nacional

da Classe Trabalhadora (Conclat). Ao longo desse período, houve intensa disputa entre as correntes sindicais ligadas ao PT e os dirigentes ligados ao PCB, PCdoB e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que eram contrários à criação de uma central independente da estrutura oficial de sindicatos e confederações. Esses grupos integraram a CUT por um curto período. Em 1986, fundariam a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

O impasse na criação da entidade foi rompido no momento em que o governo do general presidente João Baptista Figueiredo tentava implantar um arrocho

salarial tão duro quanto o que foi imposto pelo primeiro general da ditadura, Castelo Branco. Sindicatos das duas correntes participaram da greve geral de protesto, em 21 de julho.

A primeira reivindicação da CUT foi a retirada do Decreto-Lei 2.045, em tramitação no Congresso Nacional, que limitava os reajustes salariais a 80% do índice de inflação do período. O congresso de fundação aprovou também a luta pelo cancelamento dos acordos com o FMI, contra as intervenções nos sindicatos (como os de petroleiros e bancários de São Paulo) e pela reforma agrária.

A criação da CUT foi um desafio à legislação sindical, que proibia a organização dos trabalhadores de diferentes categorias numa só entidade. Mesmo não sendo “única”, a CUT foi desde o princípio a maior central sindical brasileira e tornou-se a maior da América Latina. A primeira direção executiva era formada por:

- Jair Meneghelli – Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP)
- Paulo Paim – Metalúrgicos Canoas (RS)
- João Paulo Pires de Vasconcelos – Metalúrgicos de João Monlevade (MG)
- Jacó Bittar – Petroleiros de Campinas (SP)
- Abdias dos Santos – Metalúrgicos de Niterói (RJ)
- José Novaes – Rurais de Vitória da Conquista (BA)
- Avelino Ganzer – Rurais de Santarém (PA)

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

📷 @fpabramo

✉ @fpabramo

📺 Fundação Perseu Abramo

☎ (11) 5571-2609

🌐 fpabramo.org.br

🌐 teoriaedebate.org.br

🌐 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
NÚCLEO DE POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA CULTURAL



Centro de
Documentação e
Memória Política
Serviço Brasileiro
de Memória